



Aprovo o Programa de Concurso, Conselho de Gestão da UNL, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 17.º do DL 197/99, de 8.06, da alínea a), do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da UNL, em anexo ao Despacho Normativo n.º 3/2020, publicado no DR, 2.ª série, Parte C, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2020, e artigo 54.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho (Lei-Quadro das Fundações Públicas), com a alteração da Lei n.º 67/2021, de 25 de agosto, conjugado com o artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro (Lei-Quadro dos Institutos Públicos).

  
**CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO  
EUROPEIA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS PARA A NOVA IMS  
- NOVA DATA & ANALYTICS HUB (NOVA DAH) LISBOA2030-FEDER-01317500**  


Ref.ª CP-02-2025

AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART. º 20.º DO CCP

## PROGRAMA DE CONCURSO

## ÍNDICE

|            |  |    |
|------------|--|----|
| SECÇÃO I   | DISPOSIÇÕES GERAIS.....  | 4  |
| Artigo 1º  | Identificação do Procedimento .....                                | 4  |
| Artigo 2º  | Objeto do Procedimento.....  | 4  |
| Artigo 3º  | Entidade adjudicante .....   | 5  |
| Artigo 4º  | Órgão que tomou a decisão de contratar .....                       | 5  |
| Artigo 5º  | Escolha do tipo de Procedimento .....                              | 5  |
| Artigo 6º  | Peças do Procedimento.....   | 5  |
| Artigo 7º  | Entidade que acompanha o procedimento.....                         | 6  |
| SECÇÃO II  | PEÇAS DE PROCEDIMENTO .....  | 6  |
| Artigo 8º  | Disponibilização das peças do procedimento .....                   | 6  |
| Artigo 9º  | Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento.....      | 6  |
| Artigo 10º | Erros e omissões do caderno de encargos .....                      | 7  |
| Artigo 11º | Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas..... | 8  |
| Artigo 12º | Classificação de documentos .....                                  | 9  |
| SECÇÃO III | PROPOSTAS .....  | 9  |
| Artigo 13º | Documentos que constituem a proposta.....                          | 9  |
| Artigo 14º | Prazo e modo de apresentação das propostas .....                   | 12 |
| Artigo 15º | Visita às instalações.....   | 13 |
| Artigo 16º | Prazo de manutenção das propostas .....                            | 13 |
| Artigo 17º | Propostas variantes.....   | 13 |
| Artigo 18º | Negociação .....   | 13 |
| Artigo 19º | Retirada de Propostas .....  | 14 |
| Artigo 20º | Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas.....  | 14 |
| Artigo 21º | Esclarecimentos sobre a proposta .....                             | 14 |
| Artigo 22º | Critério de adjudicação e de desempate.....                        | 15 |
| SECÇÃO IV  | ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.....                             | 16 |
| Artigo 23º | Exclusão da proposta .....   | 16 |

|   |  |    |
|---|--|----|
| Artigo 24º  | Análise das propostas e elaboração do relatório preliminar ..... | 16 |
| Artigo 25º  | Audiência prévia .....   | 17 |
| Artigo 26º  | Relatório Final .....  | 17 |
| Artigo 27º  | Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta .....  | 18 |
| Artigo 28º  | Dever de adjudicação .....                                       | 18 |
| Artigo 29º  | Causas de não adjudicação .....                                  | 18 |
| Artigo 30º  | Revogação da decisão de contratar .....                          | 19 |
| Artigo 31º  | Decisão e notificação de adjudicação .....                       | 19 |
| SECÇÃO V  | DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CAUÇÃO .....                         | 20 |
| Artigo 32º  | Documentos de habilitação .....                                  | 20 |
| Artigo 33º  | Não apresentação dos documentos de habilitação .....             | 21 |
| Artigo 34º  | Prestação de caução .....  | 22 |
| Artigo 35º  | Compromisso de terceiro .....                                    | 22 |
| Artigo 36º  | Minuta do contrato .....   | 22 |
| Artigo 37º  | Reclamações da minuta .....                                      | 22 |
| Artigo 38º  | Redução do contrato a escrito .....                              | 23 |
| Artigo 39º  | Celebração do contrato .....                                     | 23 |
| Artigo 40º  | Despesas e Encargos .....  | 24 |
| Artigo 41º  | Não outorga do contrato .....                                    | 24 |
| Artigo 42º  | Gestor do Contrato .....   | 24 |
| Artigo 43º  | Prazos .....   | 25 |
| Artigo 44º  | Legislação aplicável .....                                       | 25 |
| <b>Anexo I - Modelo de declaração</b> .....                 |  | 26 |
| <b>Anexo III – Modelo de apresentação de proposta</b> ..... |  | 28 |
| <b>Anexo IV - Designação dos membros do Júri</b> .....      |  | 29 |

B  
A

## SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1º Identificação do Procedimento

1. O presente programa de concurso, tem por objeto a **aquisição por lotes** de “**Aquisição de equipamentos informáticos para a NOVA IMS - NOVA Data & Analytics Hub (NOVA DAH) LISBOA2030-FEDER-01317500**”, especificamente:
  - i. **Lote 1: Servidores/Storage;**
  - ii. **Lote 2: Switch/Networking;**
2. O procedimento de contratação adotado segue a forma de **Concurso Público, sem publicidade de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.**
3. O procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP) e decorrerá na plataforma eletrónica com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt/>
4. Não haverá lugar a leilão eletrónico.
5. No caso de virem a ser contratados novos serviços, que consistam na repetição de serviços similares ao objeto do procedimento e do contrato a celebrar pelo Contraente Público e desde que se encontrem respeitados os requisitos elencados na alínea a) do nº1 do artigo 27º do CCP, poder-se-á adotar, para a contratação daqueles serviços, o procedimento de ajuste direto.

### Artigo 2º Objeto do Procedimento

1. O objeto do presente concurso é definido na **Cláusula 2ª do Caderno de Encargos.**
2. O objeto do contrato encontra-se classificado de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com o Código **CPV 30236000-2 - Equipamento informático diverso** nos termos do Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28/11/2007, aplicável a partir de 15/09/2008.

### **Artigo 3º Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a **Universidade Nova de Lisboa, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação Nova Information Management School (UNL – NOVA IMS)**, adiante designada por UNL – NOVA IMS, com o NIPC 501559094, com sede no Campus Campolide, 1070-312 Lisboa, com os números de telefone: 213828610, fax n.º 213828611; e endereço eletrónico: [compras@novaims.unl.pt](mailto:compras@novaims.unl.pt).

### **Artigo 4º Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar e de autorização da despesa foi aprovada pelo **Conselho de Gestão da UNL**, órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa, nos termos da Alínea c) do n.º 1 do art. 17.º do DL 197/99, de 8.06, da alínea a), do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da UNL, em anexo ao Despacho Normativo n.º 3/2020, publicado no DR, 2.ª série, Parte C, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2020, e artigo 54.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho (Lei-Quadro das Fundações Públicas), com a alteração da Lei n.º 67/2021, de 25 de agosto, conjugado com o artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro (Lei-Quadro dos Institutos Públicos).

### **Artigo 5º Escolha do tipo de Procedimento**

O formato do presente procedimento de contratação pública é o **concurso público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia**, nos termos do disposto da alínea a) do nº1 do artigo 20º e nº 1 do artigo 31º, e tramitado nos termos dos artigos 130º e seguintes, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP), para **“CP-02-2025 - Aquisição de equipamentos informáticos para a NOVA IMS - NOVA Data & Analytics Hub (NOVA DAH) LISBOA2030-FEDER-01317500”**.

### **Artigo 6º Peças do Procedimento**

O Procedimento rege-se pelo disposto no presente Programa do Concurso e no Caderno de Encargos, e respetivos Anexos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do presente Procedimento, designadamente os

esclarecimentos que venham a ser prestados e eventuais retificações das peças do procedimento que venham a ter lugar.

### **Artigo 7º Entidade que acompanha o procedimento**

Ao abrigo do artigo 67º do CCP o presente procedimento é conduzido pelo júri nomeado por **Deliberação do Conselho de Gestão da UNL**, cuja composição consta do **Anexo IV** ao presente Programa.

## **SECÇÃO II PEÇAS DE PROCEDIMENTO**

### **Artigo 8º Disponibilização das peças do procedimento**

As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGov**, acessível, **através do endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)** desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

### **Artigo 9º Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento**

1. O interessado pode solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento no **primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de proposta**.
2. Os esclarecimentos indicados no número anterior devem ser solicitados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGov**, acessível **através do endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)**.
3. Os esclarecimentos serão prestados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a **apresentação das propostas**, através da plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGov**, acessível **através do endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)** e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.



4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo fixado no número anterior.
5. Por **Deliberação do Conselho de Gestão da UNL**, a competência para prestar esclarecimentos foi delegada no Júri, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar ou o Júri podem, oficiosamente, prestar esclarecimentos, até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no art.º 64.º do CCP.
7. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos n.ºs 3 e 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Artigo 10º Erros e omissões do caderno de encargos**

1. No **primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas**, os interessados podem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do CCP, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
  - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado(s) não considere exequíveis;
  - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas no nº 3 do artigo 378.º do CCP.
5. **Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no Programa do Concurso**, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo(s) interessado(s), considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

#### **Artigo 11º Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas**

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Para efeitos do número anterior, na medida em que o anúncio do presente procedimento não foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia, o período de prorrogação pode ser inferior a seis dias.
3. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
4. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
5. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos previstos no artigo 64.º do CCP.



## **Artigo 12º Classificação de documentos**

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, por escrito, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a Proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos será notificada aos interessados, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, respetivamente.
3. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
4. Se no decurso do Procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos, o Júri promoverá, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.
5. Quando por força da classificação de documentos, não seja possível apresentá-los nos termos e nos prazos previstos para o efeito, o Júri estabelecerá, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

## **SECÇÃO III PROPOSTAS**

### **Artigo 13º Documentos que constituem a proposta**

1. A **proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos**, sob pena de exclusão:
  - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo I ao presente Programa de Concurso**;

- b) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que a entidade adjudicatária se vincule, que são:
  - a. **Modelo de Apresentação de Proposta**, constante do **Anexo II ao presente Programa de Concurso**, onde devem obrigatoriamente ser indicados:
    - i. **Os preços** devem ser apresentados em euros com 2 (duas) casas decimais;
    - ii. O acréscimo de **IVA** à taxa legal em vigor aos preços apresentados;
    - iii. Indicação do Gestor de Contrato;
  - b. Documentos que, do ponto de vista técnico, permitam a avaliação inequívoca do cumprimento dos requisitos do Caderno de Encargos.
- c) **Lote 1 - deverá apresentar a seguinte informação relativamente aos produtos propostos:**
  - i. Descrição técnica da solução, sustentada com as especificações dos equipamentos propostos;
  - ii. Declaração do fabricante dos equipamentos onde conste o conhecimento técnico da infraestrutura e responsabilidade pela solução técnica apresentada na proposta;
  - iii. Declaração do fabricante que ateste que o proponente detém o nível de parceria máxima com o fabricante de hardware e software solicitados no presente caderno de encargos;
  - iv. Declaração do fabricante que ateste que o servidor proposto tem integração nativa com o sistema de monitorização em cloud e com o software de gestão de infraestrutura existentes, i.e., HPE InfoSight e HPE OneView, respetivamente;
  - v. Declaração do fabricante que ateste que o sistema de armazenamento proposto tem capacidade nativa de replicação de baixo nível, diretamente a partir das controladoras, com um array de armazenamento de modelo HPE MSA 2060 existente.

**d) Lote 2 - deverá apresentar a seguinte informação relativamente aos produtos propostos:**

- i. Descrição técnica da solução, sustentada com as especificações dos equipamentos propostos;
- ii. Declaração do fabricante dos equipamentos onde este comprove que tem conhecimento das soluções apresentadas e valida tecnicamente a solução;
- iii. Declaração do fabricante que comprovem o nível de parceria do proponente;

e) Declaração do concorrente relativa a impedimentos, cumprindo com o disposto nos n.ºs 1,3, e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, elaborada em conformidade com o **Anexo V do presente programa;**

**f) Documento justificativo de preço anormalmente baixo, caso se aplique.**

- 2. Sem prejuízo do disposto no n.º2 do artigo 71.º do CCP, não é definido um preço anormalmente baixo.
- 3. Todos os documentos a incluir na proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de documentos em língua estrangeira, de acordo com o previsto no n.º 4 do presente artigo, em virtude das especificações técnicas das prestações objeto do presente procedimento, os documentos destinados a comprovar, quer atributos da proposta, de natureza técnica submetidos à concorrência, que os termos e condições relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, igualmente de natureza técnica, podem ser redigidos em língua inglesa.
- 4. Excetua-se do referido no número anterior, os documentos que pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, devendo o interessado, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, bem como de declaração de prevalência da tradução sobre o original, devendo a tradução prevalecer sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

5. Quando, em função da especificidade técnica dos documentos que constituem a Proposta, não se justificar proceder à respetiva tradução, poderá o Concorrente, no prazo estabelecido para efeito de dedução do pedido de esclarecimentos, solicitar ao Júri que autorize a respetiva apresentação na língua inglesa.
6. Na elaboração da sua Proposta, o Concorrente deverá explicitar, com o detalhe necessário à correta apreciação e avaliação da Proposta, a forma como observa cada requisito e atributo, sendo que a falta de explicitação ou a ausência de evidência poderá ser interpretada como consubstanciando uma não-aceitação das disposições do Caderno de Encargos.

#### **Artigo 14º Prazo e modo de apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados através plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGov**, acessível através do endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. **A proposta deverá ser enviada até às 23h59 do 6º (sexto) dia** a contar do envio do anúncio para publicação no Diário da República.
3. O prazo referido no número anterior pode, a pedido da entidade convidada, e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogado por prazo considerado necessário, nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.
4. **Sob pena de exclusão**, os concorrentes deverão assinar eletronicamente, através de assinatura eletrónica qualificada, a proposta e cada um dos documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. **Sob pena de exclusão**, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes submeter um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. O prazo para apresentação da Proposta conta-se em dias seguidos, não se suspendendo ao sábado, domingo ou feriado.

### **Artigo 15º      Visita às instalações**

No período para a apresentação das propostas, os concorrentes poderão visitar as instalações da entidade adjudicante, em data e hora a combinar com a pessoa responsável pelo departamento em causa através do seguinte contacto:

- **Pedro Silva**
- **Serviços de Informática da NOVA IMS**
- **Email: [pmsilva@novaims.unl.pt](mailto:pmsilva@novaims.unl.pt)**

### **Artigo 16º      Prazo de manutenção das propostas**

**O prazo de manutenção da proposta é de 120 (cento e vinte) dias**, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas, podendo os Concorrentes indicar prazo superior.

### **Artigo 17º      Propostas variantes**

1. **Não são admitidas** propostas variantes.
2. Entende-se por propostas variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos no caderno de encargos.
3. Sempre prejuízo do disposto no artigo 18.º do presente Programa, cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

### **Artigo 18º      Negociação**

As propostas apresentadas **não serão objeto de negociação**.

## **Artigo 19º Retirada de Propostas**

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das Propostas, os concorrentes que já as tenham apresentado podem retirá-las através de comunicação dirigida à Entidade Adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova Proposta dentro daquele prazo.

## **Artigo 20º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada através da plataforma a lista dos concorrentes e as respetivas propostas.
2. Os concorrentes poderão consultar a lista referida no número anterior, bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes, na sua área de trabalho.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

## **Artigo 21º Esclarecimentos sobre a proposta**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que



- se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
  5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos nºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os candidatos e concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

#### **Artigo 22º Critério de adjudicação e de desempate**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa por lote, na modalidade Monofator prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 74º do Código dos Contratos Públicos o critério de adjudicação é **Monofator de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente:**

##### **a) Preço – 100%**

3. A determinação dos lotes para efeitos do n.º 1 é a seguinte:

| Lote nº | Descrição                  | Preço Base  |
|---------|----------------------------|-------------|
| 1       | Servidores e Armazenamento | 200.000,00€ |
| 2       | Switch/Networking          | 20.000,00€  |

4. Como primeiro fator de desempate será utilizado o preço: a proposta que apresentar menor prazo de entrega dos bens.
5. Como segundo fator de desempate recorrer-se-á ao sorteio, nos termos da alínea c) do n.º 5 do artigo 74.º do CCP, ou seja, ainda assim, permanecer empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.

6. No seguimento do descrito no número anterior, o júri convocará os concorrentes cuja avaliação da proposta tenha resultado em empate, com 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde realizará o ato de sorteio.
7. No caso de todas as propostas serem excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do art. 70.º do CCP e cujo preço não exceda em mais de 20 % o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação.

## **SECÇÃO IV ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

### **Artigo 23º Exclusão da proposta**

**É excluída a proposta cuja análise** revele a verificação de algum dos motivos de exclusão previstos nos artigos 70.º n.º 2 e 146.º n.º 2 e 3, ambos do CCP, ou de alguns dos restantes motivos justificativos da exclusão das Propostas previstos na Documentação do presente Procedimento, nomeadamente as previstas nos artigos 13.º e 14.º do presente Programa.

### **Artigo 24º Análise das propostas e elaboração do relatório preliminar**

1. O Júri analisa as Propostas para efeitos da verificação de que as mesmas não caem em nenhuma das causas de exclusão previstas nos artigos 70.º e 146.º, n.ºs 2 e 3, do CCP, ou previstas no artigo anterior do presente Programa de Procedimento.
2. O Júri procede, subsequentemente, à avaliação do mérito das Propostas de acordo com os fatores que densificam o critério de adjudicação.
3. Após análise das versões iniciais e finais das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das mesmas.

4. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos no artigo 22.º do presente Programa.
5. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72º do CCP.

#### **Artigo 25º      Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, **não inferior a cinco dias**, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia nos termos do artigo 147º do CCP.

#### **Artigo 26º      Relatório Final**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no nº 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto do número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de Concurso Público, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

### **Artigo 27º Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta**

1. Quando tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. No caso previsto no número anterior, não há lugar a audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

### **Artigo 28º Dever de adjudicação**

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi escolhida.

### **Artigo 29º Causas de não adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
  - a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do art.º 70.º do CCP, no que respeita às propostas;
  - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
  - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
  - e) Nos casos a que se refere o n.º 5 do artigo 47.º do CCP a entidade adjudicante considere, fundamentadamente, que todos os preços apresentados são inaceitáveis;

2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

### **Artigo 30º      Revogação da decisão de contratar**

A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

### **Artigo 31º      Decisão e notificação de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes, indicando-se, quando aplicável, o prazo de suspensão previsto no n.º 3 do artigo 95.º ou na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º, ambos do CCP, conforme o caso.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
  - b) Prestar caução, indicando expressamente o seu valor;
  - c) Confirmar, no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
  - d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato;
  - e) Confirmar, no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

## SECÇÃO V DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

### Artigo 32º Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve, no **prazo de 10 (dez) dias** a contar da data da notificação da adjudicação, entregar, através da plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGov**, acessível através do endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt):
  - a) **Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP**, emitida conforme modelo constante do **Anexo VII ao presente Programa do Concurso**, do qual faz parte integrante;
  - b) **Certidão Permanente** da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
  - c) **Certidão comprovativa da regularização da situação tributária**;
  - d) **Certidão comprovativa da situação contributiva da Segurança Social**;
  - e) **Certificados dos registos criminais** dos titulares dos órgãos de administração, direção ou gerência, consoante o caso;
  - f) **Certificado de Registo Criminal da empresa**;
  - g) **Comprovativo de inscrição no Registo do Beneficiário Efetivo**, nos termos da alínea b), do n.º 1, do Artigo 37.º, do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo;
2. Nos termos do nº 2 do artigo 5º da Portaria n.º 372/2017, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. O **prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez**, por solicitação do adjudicatário, por um **período não superior a 5 (cinco) dias**.
4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, **será concedido um prazo adicional de 5**



**(cinco) dias úteis destinado ao seu suprimimento**, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

5. Por Deliberação do **Conselho de Gestão da UNL** a competência para decisão do pedido de prorrogação referida no número anterior foi delegada no Júri, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa de Concurso, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-se um prazo de 5 (cinco) dias úteis para o efeito.
7. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas c), d), e) e f) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

### **Artigo 33º Não apresentação dos documentos de habilitação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a) No prazo fixado no Programa do Concurso;
  - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
  - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verifique por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em

função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

#### **Artigo 34º Prestação de caução**

**Não é exigida a apresentação de caução**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

#### **Artigo 35º Compromisso de terceiro**

Caso o adjudicatário tenha feito depender o cumprimento de algum atributo, termo ou condição da proposta adjudicada do compromisso assumido por uma entidade terceira, deverá no prazo de 10 (dez) dias, apresentar à entidade adjudicante uma declaração na qual esse terceiro confirme, de forma expressa, inequívoca e incondicional, o seu compromisso quanto ao atributo, termo ou condição em causa.

#### **Artigo 36º Minuta do contrato**

1. A minuta de contrato é enviada ao adjudicatário para aceitação, juntamente com a notificação de adjudicação, nos termos dos art.º 77º e 100º do CCP.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou **quando não haja reclamação nos cinco dias** subsequentes à respetiva notificação.

#### **Artigo 37º Reclamações da minuta**

1. As reclamações da minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da apresentação da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato comunica ao adjudicatário a sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

### **Artigo 38º Redução do contrato a escrito**

O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

### **Artigo 39º Celebração do contrato**

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
  - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP;
  - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) o n.º 2 do artigo 77.º do CCP, se for o caso.
2. O prazo de 10 (dez) dias previsto na alínea a) do número anterior não é aplicável quando só tenha sido apresentada uma proposta.
3. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o seguinte:
  - a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
  - b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

#### **Artigo 40º Despesas e Encargos**

Constituem encargos dos Concorrentes as despesas inerentes à elaboração das Propostas e à celebração do contrato, incluindo as decorrentes da fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

#### **Artigo 41º Não outorga do contrato**

1. A decisão de adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não proceder à outorga do Contrato no prazo que lhe for conferido, bem como, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no presente Programa.
2. Nos casos previstos no número anterior, o Adjudicatário perde a caução prestada, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Se, por facto que lhe seja imputável, a Entidade Adjudicante não outorgar o Contrato no prazo previsto no ponto 1 do artigo 38º do presente Programa de Concurso, o Adjudicatário pode desvincular-se da Proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado anteriormente, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da Proposta.

#### **Artigo 42º Gestor do Contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante designará um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
2. Caso o contraente público designe mais do que um gestor do contrato, deve definir de forma clara as funções e responsabilidades de cada um.
3. O contrato que resultar do presente procedimento reveste-se de especiais características de complexidade técnica pelo que, sem prejuízo das funções que sejam definidas pela entidade adjudicante, o gestor elaborará indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados ao tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os

- níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.
4. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
  5. Ao gestor do contrato podem ser delegados poderes para a adoção das medidas a que se refere o número anterior, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

#### **Artigo 43º      Prazos**

Todos os prazos indicados no presente Programa do Concurso contam-se de acordo com o disposto no artigo 470.º do CCP.

#### **Artigo 44º      Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

#### **Anexos:**

Anexo I – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º CCP]

Anexo II – Modelo de Apresentação de proposta

Anexo III – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

Anexo IV – Modelo de designação dos membros do Júri

Anexo V – Declaração relativa a impedimentos

### **Anexo I - Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, ambos do CCP, conforme aplicável]

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
  - a) ...
  - b) ...
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

## Anexo II – Modelo de apresentação de proposta

(a que se refere o art.º 13.º, n.º 1, alínea b), do Programa do Procedimento)

\_\_\_\_\_ (identificação do concorrente: nome, número de documento de identificação e morada), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de **Concurso Público sem Publicidade no Jornal Oficial da União Europeia com a Ref.ª CP-02-2025** destinado à celebração do contrato de **“Aquisição de equipamentos informáticos para a NOVA IMS - NOVA Data & Analytics Hub (NOVA DAH) LISBOA2030-FEDER-01317500”** propõe nos termos definidos do Programa de Concurso e no Caderno de Encargos, pelo **preço máximo total** de €..... (por extenso e por algarismos), *a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal aplicável, se este for devido.*

Mais se informa que o **Gestor de Cliente** é \_\_\_\_\_.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data...

Assinatura ...<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Assinatura do concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

### **Anexo III - Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
- 2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

## Anexo IV - Designação dos membros do Júri

(a que se refere o art.º 7.º do Programa do Procedimento)

Por **Deliberação do Conselho de Gestão da UNL**, exarado na informação de abertura n.º 69/UCCP/2025, de 17 de março de 2025, o Júri do presente Procedimento é composto pelos seguintes elementos:

- a) Pedro Miguel Garcia Bernardino, **Presidente do Júri**;
- b) Pedro Silva, **Membro efetivo, que substitui o Presidente do Júri na sua falta ou impedimento**;
- c) Andreia Filipa da Cruz Felício Santos, **Membro efetivo**;
- d) Sónia Maria Pinheiro Vilhena Cavaco, **Membro Suplente**.
- e) Leonor de Albuquerque, **Membro Suplente**.

Ao júri foram subdelegadas todas as competências do órgão competente para a decisão de contratar no âmbito do Procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, exceto a análise da lista dos erros e das omissões dos documentos do procedimento e as decisões sobre situações de prorrogação dos prazos aplicáveis para a apresentação de propostas, bem como daquelas que, pela sua natureza, não são suscetíveis de delegação

- (1) – Identificação completa do Adjudicatário;
- (2) – Identificação completa da Instituição que garante;
- (3) – Eliminar o que não interessa;
- (4) – O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;
- (5) – Designação do contrato;
- (6) – Eliminar o que não interessa;

### Anexo V – Declaração relativa a impedimentos

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal  
(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que relativamente à sua representada (2) não se verificam quaisquer das situações de impedimento previstas nos n.ºs 1,3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro.

.... (local), ... (data), ...

Assinatura

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser pessoa singular, suprimir a expressão «sua representada»